

volume

19

Dezembro/2013

ISSN 1516-2095
ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



ADVOGADO, JORNALISTA, POLÍTICO E FILHO DE COMENDADOR DONO DE ESCRAVOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DE JÚLIO PRATES DE CASTILHOS (SÉCULO XIX)

Carina Martiny¹

RESUMO: Esta comunicação trata da análise sobre alguns aspectos da trajetória do líder republicano Júlio Prates de Castilhos. Avalia o peso dos investimentos familiares sobre sua formação sócio-profissional. Evidencia que o estudo de uma trajetória requer também uma análise do contexto familiar, dado que a construção de carreiras individuais eram, muitas vezes, e, sobretudo, no século XIX, investimentos e estratégias familiares. Filho do comendador Francisco Ferreira de Castilhos, estancieiro, grande criador e senhor de escravos, Júlio de Castilhos tornou-se profissional liberal; jornalista e bacharel em Direito. A formação do líder republicano, como demonstra a análise qualitativa do inventário de seu pai, Francisco Ferreira de Castilhos, de 1871, foi sustentada, em boa parte, pela fortuna gerada por meio das atividades econômicas de sua família. Procedente do mundo rural, Júlio de Castilhos firmou posição na esfera urbana contando com investimentos oriundos de atividades agrárias sustentadas pela escravidão. Conclui-se que, na análise da trajetória de Castilhos a partir de uma perspectiva familiar, é possível dimensionar a ação de reconversão do capital material e simbólico na manutenção do status de elite no contexto das décadas finais do Oitocentos.

Palavras-chaves: Família, Escravidão, Trajetória

Introdução

Por muito tempo a historiografia sobre o republicanismo e a Primeira República, no Rio Grande do Sul, diferenciou os republicanos dos tradicionais políticos imperiais – liberais e conservadores – buscando acentuar a origem profissional-econômica destes sujeitos. Para esta historiografia, enquanto os liberais e conservadores provinham de ricas famílias rio-grandenses, especialmente estancieiras, os republicanos teriam uma origem menos abastada, já que estavam mais ligados aos setores médios da sociedade sul-rio-grandense. Esta concepção se deve ao fato do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ter sido fundado com participação de jovens egressos da Faculdade de Direito de São Paulo, os quais passaram a atuar no mundo urbano.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutoranda em História, Bolsista CAPES, e-mail: carinamartiny@gmail.com.

Entretanto, nos últimos anos, uma série de trabalhos tem revisitado esta questão, demonstrando que os republicanos não estavam tão distantes da base agrária que havia caracterizado tanto os políticos liberais e conservadores do período imperial quanto os federalistas da Primeira República. Jonas Vargas (2010), ao estudar a elite provincial imperial da segunda metade do século XIX, assinalou que políticos das mais diversas tendências, incluindo os republicanos, descendiam de famílias abastadas.

Atento ao período republicano, Joseph Love (1975) afirmou, na década de 1970, que muitos dos republicanos provinham de ricas famílias de estancieiros, citando os casos de Pinheiro Machado, Assis Brasil, Borges de Medeiros e do próprio Júlio de Castilhos. Luiz Grijó (2005), ao referir-se aos bacharéis formados em Direito em São Paulo durante o século XIX, aponta que a origem social destes estava ligada a regiões de criação de animais e de atividades comerciais ou administrativas. Mais recentemente, Tassiana Saccol (2013), ao estudar a trajetória de Assis Brasil, salientou a ligação deste republicano com o universo das estâncias.

O estudo da trajetória de Júlio Prates de Castilhos, líder republicano, pode ajudar a compreender melhor a ligação dos republicanos com o mundo rural. Por definição, ele era um profissional liberal – advogado e jornalista –, mas sua origem estava assentada no universo da produção pecuária. Com o objetivo de analisar a relação entre sua formação sócio-profissional e o capital familiar, recorreremos ao inventário do Comendador Francisco Ferreira de Castilhos, seu pai, falecido em 1871, em São Martinho, distrito de Cruz Alta.²

Combinando o método quantitativo com a análise qualitativa, buscamos caracterizar a fortuna da família Castilhos, demonstrar a dinâmica empregada na organização familiar e algumas das estratégias que possibilitaram a esta família manter o status de elite e adentrar no mundo da política. Assim, entendemos que para compreender a trajetória de Júlio Prates de Castilhos precisamos entendê-lo a partir do contexto familiar. Isso significa afirmar que, ao analisar suas opções, ações e estratégias são consideradas também os interesses, as necessidades e a própria dinâmica familiar.

Um projeto familiar

Depois de ter concluído o ensino primário na escola de Guilherme Wellington, na Vila de Santa Maria, Júlio de Castilhos cursou, na capital da

²Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), processo n. 93, 1871.

província, os estudos preparatórios no colégio Ferreira Gomes. Em 1877, estava em São Paulo, cursando Direito.³ Depois de bacharelar-se em 1881, retornou ao Rio Grande do Sul. Em pleno contexto de efervescência da propaganda republicana, participou da fundação, em 1882, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)⁴ e, dois anos depois, em princípios de 1884, da fundação do jornal republicano A Federação, do qual foi também diretor, redator e escritor. Em 1889, com a implantação da República, foi nomeado Secretário Geral do Governo.⁵ Em 1891 elaborou o projeto de Constituição, de feição autoritária e centralizadora, que acabou sendo aprovado pela Assembleia Constituinte Estadual. Na década de 1890, por duas vezes foi levado a ocupar a presidência do estado: entre 15 de julho de 1891 a 12 de novembro do mesmo ano; e entre 25 de janeiro de 1893 e 25 de janeiro de 1898 (ROSA, 1928).

Pela trajetória política e profissional de Castilhos, poderíamos caracterizá-lo como um típico profissional liberal, atuante nos meios urbanos. Entretanto, esta sua trajetória não pode ser desvinculada do mundo rural. Afinal, foram os recursos advindos de atividades pecuárias da família Castilhos que sustentaram a formação deste líder republicano. Isto fica evidente na prestação de contas que Carolina Prates de Castilhos, esposa do falecido Comendador Francisco Prates de Castilhos, fazia ao Juiz de Órfãos da Comarca de Cruz Alta, em 1876. Carolina, na condição de inventariante e tutora dos filhos menores, assim se referiu aos gastos efetuados com parte da herança que seu filho Júlio de Castilhos recebeu:

declarou que este seu filho se acha na cidade de Porto Alegre, em um Colégio estudando, **com o fim de cursar umas das faculdades de ensino superior**, e que com ele **há despendido as rendas** de sua legítima, acrescentando que sua despesa é superior às ditas rendas, mas despesas se compreende não só o ensino

³ Os dois cursos de direito existentes no Brasil durante o período imperial foram criados em 1827 e começaram a funcionar no ano seguinte, um em São Paulo e outro em Olinda. O curso de Olinda acabou sendo transferido para Recife em 1854 (CARVALHO, 2007, p.74).

⁴ Também tiveram papel de destaque na fundação do PRR outros republicanos formados em Direito – dentre os quais estavam José Gomes Pinheiro Machado, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Antônio Augusto Borges de Medeiros – e propagandistas republicanos, atuantes desde a década de 1870, como Apolinário Porto Alegre e Francisco Xavier da Cunha.

⁵ Logo após a Proclamação da República, em 1889, o governo do Rio Grande do Sul foi entregue ao marechal José Antônio Corrêa da Câmara, Visconde de Pelotas, antigo e prestigiado político liberal que, ao final do período imperial, aproximou-se dos republicanos.

que recebe, como também vestuário e mensalidade do colégio em que se acha, sendo tem tido muito aproveitamento. [...] Outrossim, requer que de agora em diante se lhe conceda licença para **dispender os rendimentos da legítima de seu filho, com sua educação e outras necessidades**” (Grifos nossos).⁶

Assim, parece pertinente afirmar que a formação de Castilhos como bacharel em Direito pode ser compreendida como uma opção feita por sua família. Esta opção, certamente, dependia de um significativo investimento. Manter-se longe da família requeria recursos que não estavam ao alcance de todas as famílias. Como aponta José Murilo de Carvalho (2007), a grande maioria dos alunos das faculdades de Direito provinham de famílias abastadas, já que a matrícula cobrada, o deslocamento e a permanência nas cidades em que havia os cursos despendiam de quantia considerável.

Jonas Vargas (2010), ao analisar a elite política do Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, aponta que a escolha pela carreira jurídica como uma opção da elite política provincial – imitando um comportamento típico das famílias do centro do país –, que buscava assim diferenciar-se das demais famílias. Esta foi também a escolha feita pela família Castilhos, que investiu na formação de seu sétimo filho, enviando-o para a Faculdade de Direito de São Paulo, referendando sua participação no seletivo grupo de famílias da elite.

A partir da análise do caso da família Ribeiro de Almeida, de Alegrete, Vargas (2010) concluiu que o envio de filhos para escolas de Direito era uma estratégia familiar, uma vez que o investimento na formação permitiria mais facilmente ao sujeito ingressar na carreira política na Corte, além de ser uma estratégia de diversificação profissional. No caso dos Castilhos, a ida de Júlio à cidade de São Paulo, para estudar Direito, abriu-lhe possibilidades de adentrar no mundo da política. No período em que cursou Direito, aquela província vivia a efervescência do movimento republicano, o que, certamente, acabou por influenciar suas posições políticas, como a de tantos outros jovens. Foi a Proclamação da República, em 1889, que abriu as portas da política mais rapidamente para os republicanos, entre os quais estava Júlio de Castilhos. Quanto à opção familiar pela diversificação dos negócios apontada por Vargas, percebe-se, no caso da família Castilhos, que esta também foi uma estratégia utilizada.⁷ Enquanto Castilhos partia para São Paulo, a fim de cursar uma

⁶APERS. Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), n. 93, 1871.

⁷Entendemos estratégia na acepção postulada por Giovanni Levi (2000), enquanto um comportamento ou escolha racional do sujeito, mas limitado pela estrutura e conjuntura em que este estava inserido.

faculdade, seu irmão mais velho, Carlos, permanecia em São Martinho, dando seqüência às atividades rurais da família mesmo após a morte do pai.

Se o investimento na formação superior do filho foi uma estratégia da família Castilhos para manter o status de elite e inserir-se no mundo da política, esta parece não ter sido a única, uma vez que o inventário do Comendador nos permite supor que a família também fez uso de estratégias matrimoniais. Em 28 de agosto de 1878, Carolina escrevia ao Juiz de Direito, na condição de tutora de sua filha menor, Rita de Cássia Prates de Castilhos, que contava então com cerca de 16 anos, para pedir permissão para casar sua filha com o Doutor José Carrilho de Revoredo Barros, natural do Rio Grande do Norte, bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda, e cunhado do Comendador Salvador Martins França; ou seja, um sujeito de status na sociedade local. Consta no ofício: “Diz Carolina Prates de Castilho, tutora de seus filhos menores, que, tendo contractado o casamento de sua filha Rita de Cassia Prates de Castilho com o Dr. José Carrilho de Revoredo Barros, precisa da licença prévia de V^a. S^a, por isso, pede á V^a S^a que se digne conceder-lhe-á” (Grifo nosso).⁸Rita de Cássia acabou se casando com Revoredo Barros.

Fica evidente que as escolhas dos filhos do falecido Francisco Ferreira de Castilhos eram influenciadas pela mãe que, após a morte do marido, parece ter passado a coordenar as estratégias familiares, sendo o investimento na formação superior de Castilhos uma estratégia importante num contexto em que o ensino superior era cada vez mais um requisito para entrada nos círculos da política. Cabe, agora, analisar a origem do capital que financiou os estudos de Júlio de Castilhos. Para tanto, recorreremos ao inventário de Francisco Ferreira de Castilhos, pai de Júlio, falecido em sete de maio de 1871, no distrito de São Martinho, Vila de Cruz Alta.

Os bens da família de Francisco Ferreira de Castilhos⁹

Ao falecer em 1871, o Comendador Francisco Ferreira de Castilhos deixava, além da esposa Carolina, outros dez herdeiros, seus filhos. Dois eram maiores de idade: Francisca e Carlos. Outros oito eram menores, sendo que

⁸APERS. Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), n. 93, 1871.

⁹Todos os dados sobre as propriedades de Francisco Ferreira de Castilhos, entre descrições e valores, foram retirados de seu inventário. APERS. Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), n. 93, 1871.

Carolina Prates de Castilhos serviu de tutora para estes.¹⁰São eles: Adelaide, Francisco, Clara, Júlio, Inocêncio, Rita de Cássia, Maria Cecília e Alfredo. Este último acabou falecendo em 1876. Eram estes os herdeiros dos bens que somavam quase 434 contos de réis, conforme podemos perceber pela Tabela 1. Mesmo se descontadas as dívidas passivas, restam pouco mais de 343 contos de réis. Chama a atenção que o patrimônio da família estava concentrado, essencialmente, em bens de raiz e em semoventes animais, que correspondem às maiores quantias.

Tabela 1. Distribuição dos Bens de Francisco Ferreira de Castilhos

Distribuição de bens	Valor em mil-réis	Em %
Bens de Raiz	168:300\$000	39%
Bens Móveis	3:219\$000	1%
Semoventes Animais	139:471\$000	32%
Semoventes Escravos	24:850\$000	6%
Dívida Ativa	97:900\$691	22%
MONTEMOR	433:740\$691	100%
Dívida Passiva	90:610\$335	-
MONTE PARTILHA	343:130\$356	-

Fonte: APERS. Inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), n. 93, 1871.

Quanto aos bens de raiz, as propriedades estavam distribuídas em três localidades. No município de São Gabriel, o casal Castilhos possuía campos, ranchos, currais e uma casa, além de um terreno na praça da matriz. Na vila de Santa Maria da Boca do Monte, um quarto de légua de mata. Em São Martinho, onde a família residia, estava a maior parte das propriedades: duas sesmarias que correspondiam à chamada Fazenda da Reserva, contendo invernada, casas, galpão, mangueiras e mais benfeitorias; cerca de duas léguas

¹⁰Em 1871, quando da abertura do processo de inventário, o tutor dos menores nomeado foi José Manuel Lucas Annes, membro da elite política de Cruz Alta, vereador nas legislaturas de 1841-1846 e 1846-1849 (ANNES, 2012[2005], p. 24). Entretanto, em setembro de 1871, D. Carolina requereu ao Juiz de Órfãos que este a nomeasse tutora dos filhos menores. O requerimento acabou sendo atendido e Carolina tornou-se tutora dos filhos. APERS. Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), processo n. 93, 1871, f. 101.

de campo denominado da Sortiga com matas, invernada, casas, mangueiras e benfeitorias; mais de duas léguas de campos com casas, mangueiras e benfeitorias denominados Boa Vista e Taquará; uma légua de extensão correspondente à invernada da Várzea; e, uma légua de extensão de terras lavradas na Serra Geral de São Martinho, com paiol e benfeitorias.

Quanto aos semoventes animais, pode-se perceber, pela tabela acima, que estes correspondiam a uma quantia muito próxima aos bens de raiz. Juntos, bens de raiz e animais, somavam mais de 70% dos bens do casal Castilhos. A tabela acima permite supor que o fazendeiro Francisco Ferreira de Castilhos era um grande criador de gado e que a riqueza de sua família estava assentada em propriedades rurais e na atividade de criação.¹¹ Parte dos animais do Comendador Francisco era criados em sua propriedade de São Gabriel, mas a maior parte estava nas propriedades de São Martinho. Se observarmos mais atentamente a descrição e avaliação dos semoventes animais das propriedades de Francisco Ferreira de Castilhos, teremos uma divisão como esta que a Tabela 2 apresenta:

Tabela 2. Animais por rebanho de propriedade do casal Castilhos

Rebanhos	nº	Valor em mil-réis	Percentual do valor do rebanho
Vacum	9884	92:412\$000	66%
Cavalar	2228	12:074\$000	9%
Muares	2300	34:120\$000	25%
Ovinos	450	360\$000	0%
Burros	186	505\$000	0%
TOTAL		139:471\$000	100%

Fonte: APERS. Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), n. 93, 1871.

A existência de diferentes tipos de rebanhos da família Castilhos não destoa da constatação feita por Araújo (2008) em relação aos criadores de Cruz

¹¹Carolina Prates de Castilhos descreve seu falecido marido, o Comendador Francisco, como um fazendeiro. APERS. Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), n. 93, 1871, f. 31.

Alta: a diversificação dos rebanhos era a principal característica de muitas propriedades. Como é possível perceber através da Tabela 2, o rebanho do Comendador Castilhos era composto, na maior parte, por vacuns, especialmente reses de criar. Essa tendência também foi observada, mesmo que para um período anterior (1821-1850), por André do Nascimento Corrêa (2013) ao analisar os semoventes animais presentes nos inventários de Caçapava. Segundo aponta o autor, a predominância vacuum era inquestionável, sendo que nas três décadas analisadas, estes representavam mais de 70% dos rebanhos. A mesma constatação da predominância de rebanho vacuum foi feita por Farinatti (2010) para Alegrete na década de 1830. Mesmo que os trabalhos citados tenham analisado um período anterior, eles servem de referência para pensarmos a característica produtiva sul-rio-grandense também na segunda metade do século XIX.

Se a quantidade de gado vacuum predominava nas propriedades do Comendador, também em termos de valor total dos rebanhos estes animais tinham significância. O rebanho vacuum representava 66% do valor dos semoventes animais. Este percentual não destoa muito do que Corrêa (2013) encontrou para Caçapava. Na soma de valores para os 132 inventários com animais correspondente a três décadas (1820, 1830 e 1840), o autor observou que o rebanho vacuum representava mais ou menos 80% do valor total dos rebanhos¹².

Segue, no inventário do Comendador Francisco, um considerável número de mulas e burros (2300 animais) que, conforme podemos supor, a partir da relação de dívidas ativas, estava ligado ao comércio de muares em São Paulo. Entre as dívidas ativas havia um documento no valor de 55 contos e 737 mil-réis (55:737\$000), referentes à “Importância de uma tropa de bestas em número de novecentas” que haviam sido vendidas na província de São Paulo.¹³ Observando os demais tipos de rebanhos percebemos um grande número de éguas de criar e burros, de cujo cruzamento é possível se obter mulas. Assim, pode-se avaliar que a criação de mulas era parte essencial da

¹²Ainda que em termos de valores totais o gado vacuum represente a maior parte do valor dos rebanhos, em termos de preço por animal, seu valor era inferior aos muares. As reses de criar, por exemplo, foram avaliadas no inventário do Comendador Francisco em 8 mil-réis cada e as novilhas pelo valor de 16 mil-réis cada. Em compensação, as mulas mansas foram avaliadas em 24 mil-réis cada. Estes valores podem não corresponder ao valor de mercado, uma vez que nos inventários muitas vezes os valores são subestimados. Entretanto, para o fim de comparação que aqui propomos, os valores são úteis.

¹³APERS. Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), n. 93, 1871, f. 43v.

produção das fazendas do Comendador Castilhos. Lembremos que São Martinho era distrito de Cruz Alta, apontada por Araújo (2008, p. 41-42) como região caracterizada economicamente pela criação de gado *vacum* e *muar*: “A produção e o comércio de gado *vacum* e de gado *muar* eram as atividades pecuárias de maior importância na região, embora a produção de mulas fosse muito mais importante na vila quando comparada com outras regiões do Rio Grande”. A composição dos rebanhos de Francisco de Castilhos seguia, portanto, a tendência da região¹⁴.

Retomemos a Tabela 1. Nesta, outro dado chama a atenção: o significativo valor correspondente aos Semoventes Escravos, que somavam quase 25 contos de réis. Mesmo que, a princípio, estes 25 contos de réis possam parecer quantia diminuta frente ao Monte Mor do inventário (apenas 6% do total de bens), uma análise mais detalhada revela a significância deste valor. Os 25 contos de réis correspondiam à avaliação de 56 escravos, assim distribuídos nas propriedades do Comendador: quatro estavam na propriedade em São Gabriel e 52 em São Martinho. Se considerarmos os dados do censo de 1872 e compararmos com outras análises, podemos caracterizar o Comendador Francisco Ferreira de Castilhos como um grande proprietário de escravos. Era ele, na época, um dos cerca de 150 criadores de gado existentes no distrito de São Martinho. Dos 6.767 moradores deste distrito, 804 eram escravos (12% do total da população). Assim, se considerarmos os 52 escravos que Francisco possuía nas propriedades de São Martinho, temos que ele concentrava 6,5% do total de escravos de São Martinho (DECON, 2006).

Ao compararmos com os números apresentados por André Corrêa para Caçapava no período 1821-1850 e Thiago Leitão Araújo, para Cruz Alta no período de 1834-1879, reforçamos a afirmação acima. No período de 1860 a 1879 Araújo (2008) encontrou apenas três proprietários com 20 ou mais escravos. Já Corrêa (2013), ao analisar 148 inventários com escravos, encontrou apenas dois com mais de 50 escravos. Assim, Francisco era um grande criador e proprietário de uma grande escravaria¹⁵.

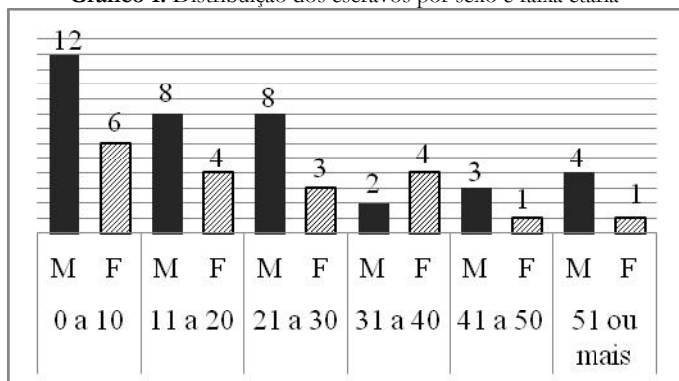
¹⁴O período que analisamos, de início da década de 1870, corresponde, segundo Araújo, à retomada da alta do comércio de muares, que havia enfrentado um decréscimo na década anterior (ARAÚJO, 2008, p. 99).

¹⁵Não podemos ignorar que, além da atividade de criação de animais, Francisco também tinha certa produção agrícola como pode ser constatado pela existência de terras lavradas em São Martinho e a posse de dois escravos cuja ocupação era “roceiro”. Essa combinação de atividade criadora com a agricultura também foi observada por outros autores, sendo muito comum nas propriedades do Rio Grande do Sul oitocentista (ARAÚJO, 2008; CORRÊA, 2013).

A aproximação destas duas posses – animais e escravos – corrobora o que historiografia sul-rio-grandense vem demonstrando em relação ao século XIX. Luís Farinatti (2010) para o caso de Alegrete, Tiago Araújo (2008) para Cruz Alta, Natália Pinto (2012) para Pelotas e André Corrêa (2013) para Caçapava observaram que as grandes escravarias estavam concentradas nas propriedades com grande concentração de rebanhos, especialmente vacum.

Ao observarmos a descrição destes escravos no inventário do Comendador Castilhos, constata-se que a maior parte da escravaria era do sexo masculino (37 escravos), apesar da não menos significativa presença feminina (19 escravas). Em relação à presença de mulheres, esta parece ter sido fundamental para a reprodução endógena da escravaria, como nos permite supor o Gráfico 1, através do qual percebemos a existência de um grande número de escravos com até 10 anos (18 no total) e um número considerável de escravas em idade fértil. Além do que, na avaliação dos escravos, encontram-se cinco bebês com um ano avaliados junto a suas respectivas mães.

Gráfico 1. Distribuição dos escravos por sexo e faixa etária



FONTE: APERS. Inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), n. 93, 1871.

A descrição dos escravos nos permite fazer outras considerações. Para 48 escravos encontramos a distinção por cor da pele, de modo que temos a seguinte divisão: 18 pardos e 30 pretos.¹⁶Essa maioria preta é observada tanto

¹⁶Apenas em três dos quatro escravos descritos para a propriedade de São Gabriel pode-se encontrar a descrição de que são crioulos. Luiz, de 18 anos; Pedro, de 14 anos;

para escravos quanto para escravas. São 21 escravos pretos e 11 pardos; e, 9 escravas pretas e 7 pardas.

Mais especificamente em relação aos escravos do sexo masculino, podemos fazer outras considerações. Para o caso de 21 escravos, encontramos referência à ocupação, como demonstra a Tabela 3.¹⁷ Percebe-se, imediatamente, que há uma grande diversificação ocupacional. Nas propriedades de São Martinho, Francisco de Castilhos tinha escravos campeiros, roceiros, pedreiro, oleiro, sapateiro e alfaiate¹⁸.

Tabela 3. Distribuição dos escravos por faixa etária e ocupação

OFÍCIO	FAIXA ETÁRIA							TOTAL
	0 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 ou mais		
Campeiro	Dois	6	4		1	1	14	
Roceiro			1		1		2	
Pedreiro				1			1	
Oleiro			1				1	
Sapateiro				1			1	
Carpinteiro						1	1	
Alfaiate					1		1	

Fonte: APERS. Inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), n. 93, 1871.

e Marcelina, de 30 anos. Antônio, de 30 anos, foi descrito como pardo. Já na descrição dos escravos da propriedade em São Martinho, não encontramos referência a crioulos e africanos. A distinção usada para a maioria é a cor: se preto ou se pardo.

¹⁷André Correa aponta que é mais comum encontrar a descrição da ocupação dos escravos em casos de grandes escravarias. Segundo o autor, a ausência de ocupação em pequenas escravarias pode estar relacionada ao fato de que os escravos realizavam diversas atividades (CORREA, 2012, p.66;67).

¹⁸Na descrição dos escravos de São Gabriel, não há especificação de atividade ocupacional. Já para os escravos de São Martinho, para 21 dos 37 escravos do sexo masculinos podemos encontrar sua ocupação, o que nos permitiu elaborar a tabela 3.

Além da diversificação ocupacional existente na escravaria do Comendador Francisco, observa-se, também, que a maior parte dos escravos era de campeiros, especialmente os mais jovens. Há, inclusive, dois escravos na faixa etária 0 a 10 anos com tal ocupação. São eles: Benedito de 9 anos e Basílio de 8 anos.¹⁹ Essa tendência, de uma maior presença de escravos campeiros nas estâncias do Rio Grande do Sul também foi observada por Zarth (2002), Osório (2007), Farinatti (2010), Araújo (2008) e por Corrêa (2012).

Diante dos dados acima apresentados, entretanto, cabe uma consideração importante. Ainda que o inventário demonstre o uso de mão de obra cativa nas atividades criadoras das propriedades de Francisco Ferreira de Castilhos, estas também contavam com mão de obra livre como o mesmo documento revela. Carolina Prates de Castilhos afirma ter “recebido do Doutor Antonio Gomes Pinheiro Machado a quantia de dois contos de reis, a aplicar essa quantia em pagamento dos mestre [sic] e mais oficiais de carpinteiro que trabalham em uma obra pertencente á herança, peões, contas que depois juntará, [...]” (Grifo nosso).²⁰

Assim, falecido em 1871, o Comendador Francisco Ferreira de Castilhos deixou para seus herdeiros uma considerável fortuna, composta essencialmente por bens rurais e provenientes de atividades criadoras. Sem dúvida, a família Castilhos era parte da elite estancieira do Rio Grande do Sul.

Considerações finais

A partir dos dados que apresentamos neste artigo, o caso de Júlio Prates de Castilhos serve muito bem para ilustrar e corroborar a visão de que os republicanos do final do século XIX, não estavam tão desvinculados do mundo rural e da pecuária. Afinal, foi o capital rural, advindo especialmente da atividade criatória, que sustentou a formação do advogado, jornalista e político Júlio de Castilhos. Dos mais de 343 contos de réis que compunham o Monte Partilha do inventário dos bens do Comendador Francisco Ferreira de Castilhos, coube a Júlio Prates de Castilhos uma herança no valor de 17:156\$517, assim distribuídos: parte nos campos e casas do campo da Boa

¹⁹Caso idêntico é relatado por Corrêa, que faz referência à existência de escravo campeiro com 9 anos encontrado entre a mostra de inventários analisada (CORRÊA, 2013, p. 91).

²⁰APERs. **Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos**. Júlio de Castilhos (RS), processo n. 93, 1871, f. 47.

Vista, no distrito de São Martinho, no valor de 9:500\$000; dois escravos, Basílio e Benedito, que juntos valiam 600 mil-réis; 388 reses valendo três contos, cento e quatro mil-réis; parte das terras lavradas em São Martinho no valor de 242 mil-réis; e mais três contos, 710 mil, 517 réis (3:710\$517) em dívidas ativas.

Percebe-se, assim, na figura de Júlio de Castilhos, uma reconversão de parte do capital familiar, antes essencialmente rural, ligado às atividades pecuárias, em um capital mais urbano e político. Perpetuava-se, assim, o status de elite da família Castilhos, que não era, portanto, somente uma rica família estancieira sul-rio-grandense, mas também uma família com importante peso na política estadual, especialmente após 1889.

Fontes

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Inventário post-mortem de Francisco Ferreira de Castilhos**. Júlio de Castilhos (RS), processo n. 93, 1871.

Referências Bibliográficas

ANNES, Alceu Oliveira. **Genealogia Lucas Annes**: Compendio Ilustrado. 2012 [2005]. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/sebodigital/obras/GenealogiaLucasAnnes.pdf>. Acessado em 11/07/2013.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário** (vila de Cruz Alta, província do Rio grande do Sul, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de Sombras: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CORRÊA, André do Nascimento. **Ao sul do Brasil Oitocentista**: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850. Santa Maria: PPGH/UFSM, 2013. (Dissertação de Mestrado).

DECON. **Censo de 1872**: Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Pelotas: DECON, 2006. Disponível em <http://ich.ufpel.edu.breconomiaconteudo.phppagina=15>. Acessado em 10/09/2008.

FARINATTI, Luís A. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Editora UFSM. Santa Maria, 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Niterói: PPGH/UFF, 2005. (Tese de Doutorado)

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de**

1930. São Paulo:Perspectiva, 1975.

OSÓRIO, Helen. **O Império Português no Sul da América:** estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

PINTO, Natália. **A Benção Compadre: Experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850.** São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2012. (Dissertação de Mestrado).

ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos.** Porto Alegre: Globo; Barcellos, Bertaso & Cia, 1928.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da República:** política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880). Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte:** os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: UFSM/ANPUH-RS, 2010.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno.** Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

Abstract: This communication deals with the analysis of some aspects of the trajectory of the Republican leader Julius Prates de Castilhos. Evaluates the weight of household investments on their socio-professional training. The study shows that a path also requires an analysis of the family context, given that the construction of individual careers were often, and especially in the nineteenth century, investments and family strategies. Son of Commander Francisco Ferreira de Castilhos, rancher, great creator and lord of slaves, Julio de Castilhos became professional person; journalist and a law degree. The formation of the Republican leader, as demonstrated by the qualitative analysis of the inventory of his father, Francisco Ferreira de Castilhos, 1871, was supported, in part, by fortune generated by the economic activities of their family. Coming from rural, Julio de Castilhos established position in the urban sphere counting investments from agricultural activities supported by slavery. We conclude that, in the analysis of the trajectory of Castilhos from a family perspective, it is possible to measure the action of conversion of symbolic and material capital in maintaining elite status in the context of the final decades of the nineteenth century.

Keywords: Family, Slavery, Trajectory
